
Política



1 9 2 9

Ano I

N.º 6

SECRETARIO DE REDACÇÃO — *Antonio do Amaral Pyrrat* (F. D. U. L.)

ADMINISTRADOR — *H. de Mendonça Dias* (F. D. U. L.)

EDITOR — *Fialho Barreto* (E. S. M. V.)

PROPRIEDADE—SOCIIDADE NACIONAL EDITORA, LTD.^a (Em organização)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Rua do Sol a Santa Catarina, 40-A, 1.^o

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

Tipografia Inglesa, L.^{da} — Rua Eugenio dos Santos, 118 — LISBOA

SUMARIO

Cardeal Patriarcha	
Fascismo e Catholicismo	<i>José Pequito Rebello</i>
Itália clara	<i>Miranda da Rocha</i>
deante dos pelourinhos	<i>Luiz Chaves</i>
a Anti-Nação—III	<i>Ruy d'Almargem</i>
de Letras	<i>F. da Cunha Leão</i>
ao ritmo da Ampulheta	

ASSINATURAS

(Cada serie de 10 numeros)

Continente e Ilhas	10\$00
Provincias Ultramarinas	15\$00
Estrangeiro	20\$00

Numero avulso 1\$50

Este numero foi visado pela Comissão de Censura

Política

REVISTA QUINZENAL

ORGÃO DA JUNTA ESCOLAR DE LISBOA DO INTEGRALISMO LUSITANO

Director — *A. de Mendonça-Dias* (F. S. U. L.)

Lisboa, 15 de Agosto de 1929

CARDIAL PATRIARCA

O falecimento do Senhor Dom António Mendes Belo já não podia causar surpresa a ninguém, mas foi acompanhado pelo respeito e pela mágoa de todos os Portugueses dignos, crentes e incrédulos que sejam. Se a vida humana é uma luta, bem se pode dizer que a morte do último Prelado Lisbonense foi a vitória gloriosa do espírito sobre todas as grandezas e sobre todas as misérias do mundo. A fé que pediu à Igreja no sacramento do baptismo, Êle a testemunhou toda a vida e a proclamou na hora da agonia, até se lhe fecharem os lábios sobre as palavras em que pedia perdão a Deus.

Desde simples Cristão a Sacerdote, a Bispo e a Patriarca, no longo ciclo da sua crença e do seu apostolado, a figura de D. António I avulta com especial relêvo na galeria dos prelados nos últimos cinquenta anos. Modesto na sua grande cultura, pobre no meio da opulência do seu antigo paço, humilde entre os soberbos e orgulhosos do seu tempo, bondoso quando teria de ser justo e deveria ser severo, êsse beirão de longa estirpe serrana, foi a enterrar num cortejo que seria uma apoteose ruidosa, se não devesse ouvir-se nele apenas a palavra sagrada do Ritual. Mas foi sentido o silêncio dos que acompanharam o seu esquife, dolorosa a saudade dos amigos, dos discípulos, dos diocesanos, do cle-

POLITICA

ro, da nobreza e do povo. Prolongou-lhe a Providência os dias para que Portugal lhe pudesse pagar num dia em singular homenagem de veneração e amor, os sofrimentos, as desditas, as perseguições que o flagellaram na vida, por ser católico e chefe da Igreja Portuguesa. Nos dias da tribulação, em que havia a guerra à religião, a fome nos presbitérios e peste negra nas almas, o Patriarca de Lisboa manteve erguido e apurado o seu báculo pastoral. Nem a fé o deixou fraquejar, nem a sua autoridade sagrada transigiu com a tirania jacobina ou com o laicismo farisaico das cultuais. Extorquiram-lhe o Paço de S. Vicente, para o saquear do recheio que os seus antecessores e a devoção dos fieis ali vieram juntando; por duas vezes o desterraram de Lisboa, como se o virtuoso Prelado fôsse um facinora ou um perturbador da paz pública; mas não conseguiram que na sua cabeça, sempre erguida, vacilasse a mitra que lhe fôra imposta em nome de Deus. Em Santarém, em Gouveia, na sua querida vila natal, o Patriarca de Lisboa mantinha a autoridade do seu *munus*, continuava a ser o pastor das suas ovelhas.

Singular testemunho do poder do espírito contra as arremetidas da força bruta e contra os ímpetos de inteligências obcecadas e maléficas!

Os tempos foram passando e passaram com êles os homens ou as paixões que os escravizaram.

D. António Mendes Belo morre e vai a sepultar numa hora de justiça para a sua memória, em que às orações dos fieis se juntam os louvores dos indiferentes, exaltando todos a figura do prelado insigne que serviu a Religião e a Pátria com virtude e sacrificio permanentes e que ficará sendo, na lembrança dos vivos, um bom espelho de bispos e um alto exemplo de cidadãos.

Fascismo e Catolicismo

I I

Foi profunda, na Itália e em todo o mundo, a impressão produzida pelo discurso de Mussolini sobre a conciliação do Estado Italiano com a Santa-Sé.

O problema era formidável e Mussolini bem o sentiu na forma extensa e monumental que adoptou na multiplicidade dos movimentos oratórios de que se utilisou, combinando doutrina, evocação histórica, paixão política, agressividade polémica, e até humorismo... Nêsse discurso Mussolini pôz todo o seu génio, mas sente-se também que por maior que o génio seja, o assunto, o problema vasto e profundo, era bem mais vasto e profundo que o seu génio!

E infelizmente, iludindo a esperança de muito sincero admirador, Mussolini não deu no seu discurso a fórmula do perfeito nacionalismo cristão...

Eu não sei e pouca gente saberá, quais as razões mais íntimas que inspiraram o chefe do governo italiano ao falar como falou; mas é meu dever fazer a síntese da longa peça oratória, mostrando em quanto ela diverge, por omissão ou por êrro, da perfeita fórmula do nacionalismo cristão, que esperavam que fôsse tantos fascistas de coração por êsse mundo fóra, tantas correntes políticas que dos triunfos do fascismo têm tirado consoladoras verificações, encorajamentos inestimáveis.

Ao contrário, nêsse discurso que Mussolini logo de comêço afirmou querer fazer «o menos lírico possível, o mais frio possível,» falta de todo a chama idealista, nêle nada encontramos do que antes formulamos como o nosso ideal de um Estado cristão. Da religião não se confessa o seu carácter divino, ao Papa faz-se um rasgado elogio, mas como homem e como italiano, não como Vigário de Cristo; da concordata não se fala com a vibrante proclamação dos benefícios morais que o influxo católico, agora mais livre, deve trazer à Itália, mas pelo contrário é quasi aparentada como um mal necessário, no empenho de se demonstrar que em concordatas de outros países a Igreja mais recebeu; se se afirma que o fascismo é católico, logo, como que suspiciosamente, se acrescenta que é antes de tudo fascista e ao afirmar-se que é católico não se exprime tôdo o admirável primado e imperialismo moral que a confirmação de tal qualidade comunicaria ao fascismo. Em vez de tudo isto, em vez de tôdas as exaltantes certezas que nós desejaríamos ter ouvido, uma exposição do tom mais positivo, uma longa resenha histórica, atravez das vicissitudes de luta e insucesso, depois as negociações, por fim, atravez de revelações sensacionais, o desfecho da reconciliação.

A atitude sintética de Mussolini no longo discurso pode dizer se

POLITICA

que foi a do negociador que depois de uma laboriosíssima e triunfante negociação dá contas da sua maneira de proceder e justifica a sua responsabilidade.

Considerada assim, era uma atitude um pouco estranha, porque se sentia a falta de uma entidade competente para *tomar* essas contas que Mussolini *prestava*: essa entidade não era o Parlamento disciplinado e unanimemente fascista, não era a Nação católica demasiado feliz com a conciliação para exigir quaisquer explicações, não eram também decerto os elementos maçónicos e antifascistas... Diante de quem se justificava Mussolini? Para todo o mundo mas principalmente para si mesmo, para um outro Mussolini desdobrado, que durante todo o discurso tinha diante de si como o seu verdadeiro interlocutor; como se a todo o mundo e sobretudo a êsse outro eu sentisse a necessidade quasi psicológica de verbalizar e expandir tôda a laboriosíssima dialéctica secreta das negociações...

Esta explicação é necessária, para não cairmos no êrro que seria gravíssimo de considerarmos esta atitude tão prolixamente explicativa de Mussolini como um afrouxamento do espirito ditatorial, como uma deprimente alegação perante a maioria de uma assembleia política soberana! Não, o espirito era muito outro!

Êste negociador orgulhoso de sua hábil e gravíssima negociação figurava também ao mesmo tempo outro diferente personagem: o protagonista de um grande acontecimento histórico. E sentindo-se tal, Mussolini fez do seu discurso em grande parte um vigoroso e eloquente bosquejo histórico, em que o próprio acontecimento celebrado aparece como a resultante de uma magestosa fatalidade que veio a encontrar a sua plena maturidade na virtude creadora do fascismo combinada com o carácter realizador de um grande Papa italiano...

De todo o modo, não é um César cristão que fala; é apenas o *duce*, olhando estreitamente o interesse interno do Estado, como que absorvido o seu poder de sentir, de pensar e de querer, na magnitude da *realização* da obra conciliatória, sem poder, ao menos por agora, descobrir as perspectivas que estão para além!...

Mas não só a omissão de um alto espirito religioso nêsse histórico discurso, positivamente nêle aparecem êrros de doutrinas, passagens, atitudes intelectuais agressivas contra o dogma, contra a Igreja.

E primeiro que tudo a afirmação de que o «cristianismo nasceu na Palestina, mas tornou-se católico em Roma; de que, se tivesse ficado an Palestina, muito provavelmente teria desaparecido, sem deixar vestígios.»

Esta ideia, cara a certos intelectuais fascistas, é um êrro primário, directamente contraditório do carácter divino do cristianismo, êrro de fácil refutação histórica. Como em geral os êrros, é êste no fundo de formação ilegítima de uma verdade: o cristianismo, não vindo negar a natureza humana, mas sublimá-la, aproveitou os elementos positivos da

civilização romana, e utilizou o império romano como instrumento providencial da sua difusão.

Não foi o catolicismo um efeito do imperialismo romano; foi o imperialismo romano um meio, um caminho providencial posto ao serviço do catolicismo.

Se em vez da deformação da verdade, Mussolini tivesse dito a pura verdade, a arquitectura e a intenção imperial do seu discurso nada sofreriam, e teria evitado este grave desastre moral: depois da negociação de uma concordata em que o Estado se diz católico, num regimen de realidades, como o fascista, em que as palavras têm sempre o seu próprio e leal significado, vir o chefe do governo dêsse Estado católico, (e não um chefe de governo qualquer, mas a própria cabeça do fascismo) num discurso solemníssimo, cheio de intenção doutrinária, pronunciar um êrro anti-católico, que, embora sem essa intenção expressa, vem implicitamente a recusar o carácter divino à religião.

O segundo aspecto menos ortodoxo do discurso do Duce é a apoloogia do *risorgimento* sem restrições: se a obra do *risorgimento* tinha uma intenção legítima de unificação nacional, se os acontecimentos contemporâneos vieram mostrar que essa intenção coincidia com um alto designio providencial, se podemos até pensar que Deus permitiu que a Itália se unificasse para que, una, a sua força pudesse melhor servir o espírito da Igreja, por outro lado nenhuma consideração humana nos deve levar à negação do seu princípio inviolável de justiça, que devemos pôr muito acima das vicissitudes da história.

Se os direitos do Papa foram violados, houve injustiça, porque eram direitos, e sacrilégio, porque o Papa é sagrado. Os homens que foram os fautores dessa injustiça e dêsse sacrilégio, teriam tido a seu favor como atenuantes certas intenções, certas ignorâncias, certas ideias dominantes no tempo com influência ética (o direito democrático, o princípio das nacionalidades...); o tribunal de Deus, único competente, os julgou, um por um. Mas quando os homens de hoje se afirmam os herdeiros dessa geração, que fez o *risorgimento*, e os beneficiários do próprio *Risorgimento*, ao dizerem que o não renegam, não ficariam diminuídos, nem diminuídos na sua piedade filial e patriótica, se tivessem limitado a sua solidariedade com o *risorgimento* à sua essencial intenção de unificação italiana, não usurpando ao tribunal de um Deus infinitamente justo o julgamento moral dos meios de que os homens usaram para a sua realização.

O terceiro ponto agressivamente saliente do discurso do Duce é o que se refere ao problema da educação. Depois de ter levantado à pessoa do Papa um sublimado elogio, que a Câmara completou em apoteose, logo a seguir faz uma referência à questão dos escoteiros católicos, dissídio que produziu em 1927 uma estagnação das negociações. «Neste campo somos intratáveis. Nosso deve ser o ensino. Estes rapazes devem ser educados na nossa fé religiosa, mas nós temos necessidade de inte-

POLITICA

grar esta educação, temos necessidade de dar a êstes jovens o sentido da virilidade, da potência, da conquista; sobretudo temos necessidade de transmitir a nossa fé, as nossas esperanças».

Tanto estas afirmações são contra a orientação do Pontífice, que logo no dia seguinte, aproveitando a ocasião de uma audiência a escolares de um colégio de religiosos, pronunciou sobre o assunto um vivo discurso, restabelecendo a verdadeira doutrina da educação. Disse: «A educação cristã da juventude só pode depender da Igreja...» «O Estado não pode, não deve desinteressar-se da educação dos cidadãos, mas somente para prestar auxilio naquilo que a família e o individuo não possam dar de si». «O Estado não só não pode desinteressar-se da educação, mas deve contribuir com aquilo que é necessário e suficiente para ajudar, cooperar, aperfeiçoar a acção da família, para corresponder plenamente aos desejos do pai e da mãe, para respeitar sobretudo os direitos divinos da Igreja». «Se os Estados educassem todos para a conquista, o que aconteceria? Pode-se, porém, e creio ser isto o que se quer, educar para a conquista da verdade e da virtude, e nesse caso estaremos perfeitamente de acôrdo. Mas nunca estaremos de acôrdo, com tudo o que queira comprimir, diminuir, negar aquele direito que a natureza e Deus deram à família e à Igreja no campo da educação».

O discurso de Mussolini, discurso esperado com tão viva e confiante expectação, foi, pois, uma decepção profunda para os nacionalistas cristãos de todo o mundo; não só lhe faltava o espirito e a chama de uma doutrina em que por assim dizer se juntassem a magestade do Estado com a santidade da Igreja, mas de três pecados se tornava reu: pecado contra a Fé (pela ofensa à divina origem do catolicismo), pecado contra a moral (pela tendência a usurpar os privilégios de educação moral da Igreja), pecado contra a Jerarquia (pela adesão incondicional ao *risorgimento*, sem distinguir as suas injustiças).

*

Apesar de tudo isto, não quero acabar êste artigo numa nota de absoluto pessimismo. Apesar de tudo, Mussolini é o génio salvador da Itália, benemérito da inteira civilização ocidental. A salvação da Itália, a grande obra de reforme política de alcance mais do que italiano, creio firmemente que Deus, apesar de tudo, o ajudará a levar a bom termo.

Muito nos impressionam os pontos escandalosos: mas se de novo lermos a vastíssima oração, menor impressão nos fazem essas afirmações (que afinal são acidentais) no conjunto geral. E uma cousa contrabalança essas *palavras* infelizes: é o *facto* formidável do acôrdo, da conciliação. O próprio Mussolini, à maneira fascista, decerto pensa assim mesmo, porque é dos seus princípios atender muito menos às palavras

do que aos factos. Palavras passageiras e que são de um homem, embora esse homem seja Mussolini; factos que são duradouros e ligam de um lado a Igreja, do outro lado a nação italiana.

Quanto á carência de um exaltante crisma de fé nas suas palavras, atendámos ao carácter do homem, eminentemente realista, detestando falar das batalhas que ainda não ganhou. Não seria talvez a teoria do nacionalismo cristão que atraz esboçámos, embora verdadeira em si mesma, inadequada ao estado actual do espirito religioso da classe, dos elementos dirigentes da Itália, restos da apostasia maçónica de que Mussolini não tem a culpa?

Esperemos do futuro, da esplêndida mocidade e poder de realização do regimen fascista, abençoado por Deus, o pleno desenvolvimento de um nacionalismo católico.

Que esse futuro remova tambem as três pedras de escândalo do discurso. A' primeira, não lhe exageremos o peso. Se objectivamente é ou implica uma heterodoxia, Mussolini decerto não a pensou e disse como tal, se mal fez em ter se esquecido nêsse relance histórico, aliás erróneo, de vêr o lado divino da religião, não exageremos ao ponto de julgar que êle quiz formular um dogma do credo fascista. A essas palavras, embora de Mussolini, apaga o valor o dictame legal «a Religião católica é a religião do Estado Italiano».

A segunda pedra de escândalo, o «não renegamos o *Risorgimento*» é questão que seja qual fôr a sua gravidade moral, se refere ao passado; e quando êste presente de hoje fôr o passado de amanhã, estas palavras e a atitude espiritual que elas signifiquem terão perdido qualquer poder prático de perturbação ou de dissídio nas relações da Igreja e do Estado.

Há por último a questão da educação, que deveríamos talvez considerar a mais grave, se disso devêssemos tomar por sintoma o facto de que foi escolhida na vasta matéria, pelo Santo Padre, para uma réplica imediata.

Mas mesmo nesta questão, por mais acentuada que seja a actual discordância, o meu espirito sente-se levado a presentir um melhor futuro. Cotejando bem os dois textos sôbre a educação, o do Pontífice e o de Mussolini, nota-se que a opposição é mais da interpretação do que da fórmula textual. Ambos estão de acôrdo em que a Família, o Estado, e a Igreja têm cooperação na função educativa: há só a dúvida e a contestação sôbre a divisão do trabalho e a prevalência da jurisdição. O futuro esclarecerá e resolverá êste ponto. Eu, que creio que o fascismo se aproximará cada vez mais do catolicismo, espero que a solução será a do respeito integral pelo supremo magistério moral e dogmático da Igreja católica; mas creio também que esta ansiosa reivindicação feita por Mussolini da educação da juventude encerra a consciência de um grande interesse de defesa social e nacional. E' preciso considerar que o Estado de Mussolini, acusado de tendências absorventes em matéria

POLITICA

de instrução, não é um Estado qualquer; é o Estado restaurado, ou o Estado restaurando-se das ruínas de muitas gerações, de uma longa era de dissolução política e social. Essa dissolução política e social affectou por assim dizer a integridade do tipo humano; correspondeu a uma diminuição das virtudes cívicas, sociais do homem. Para que o Estado se restaure sòlidamente, e se mantenha na sua restauração, é preciso dar às novas gerações pela educação essas virtudes que faltaram nas antigas. E' claro que essas virtudes, completando o carácter, não podem deixar de entrar no quadro da moral cristã. Serão virtudes cristãs de ordem especialmente cívica e social, cuja formação na juventude poderá caber mais especialmente ao Estado.

E assim como a Igreja reconhece a função educativa da família, não poderá reconhecer também a função educativa do Estado na sua esfera própria, do Estado, que é uma grande família?

Não é normal a situação do mundo: socialmente, se os bolchevistas educam as creanças para a revolução, porque não poderão organizar os nacionalistas uma educação que contrarie esta orientação subversiva? Nacionalmente, se um país tem que preparar a sua defesa, porque não poderá preparar para a guerra, desde muito novos, os seus jovens?

A educação que quer o fascismo é uma educação pre-militar e uma educação cívica de defesa do Estado. Primo de Rivera não seguiu esta orientação e eis que a juventude das escolas se lhe mostra adversa: e a esta nem faltou a educação familiar, nem a religiosa.

*

Resumindo: partilhámos a dolorosa impressão de todos os católicos admiradores de Mussolini perante as graves deficiências do seu discurso, em que muitos veem ameaçadores sinais de orientação prática. Entretanto, esperamos que o futuro esclarecerá as nuvens ameaçadoras. Que se o não fizer, não será ainda isso razão para afrouxarmos na nossa fé nacionalista: esperemos, das virtudes da nossa terra e raça, um nacionalismo português, que seja integralmente cristão.

NO PRÓXIMO NUMERO:

a Consciencia regional, por *Hipólito Raposo*.

Igreja católica, por *L. Ramos Assumpção*.

"non Prevalebunt", por *Ruy d'Almargem*.

ITALIA CLARA

UMA ânsia insaciável de conhecer nos obriga a perder alguns momentos pelas livrarias á mira de alguma novidade literária que mais particularmente interesse ao nosso espirito. Há dias deparou-se-me um livro, creio que o último, de Henry Bordeaux, intitulado «*La Claire Italie*».

O titulo era suggestivo — contrastando até com aquela nebulosidade com que alguns espiritos inimigos da verdade, pretendem cobrir a Itália «*rinovata*» — e o autor de incontestável valor literário. Por consequência não resisti á tentação de comprar o livro, do que felizmente me não arrependi.

Por outro lado, este livro não é um livro vulgar, feito por um simples comerciante da palavra escrita, que procure no sensacional ou no escândalo a recomendação para os seus livros. Henry Bordeaux não é um simples aventureiro que procure mercadejar o seu valor e os seus recursos literários, é um cultivador do espirito. Este livro é duma actualidade palpitante em que o autor procura «*relier l'Italie vivante d'aujourd'hui à l'Italie du passé*» e compilar algumas notas para historia contemporânea. Tudo isto escrito com uma sinceridade e uma consciência esclarecidas. Não há nêle acrobacias sofisticadas de pretensos intellectuais: há factos e simples reflexões sôbre esses factos.

Já durante a viagem através da Itália, nos fins de 1927, o autor notou que se estava operando uma enorme transformação «que é bem mais profunda do que o que as aparências revelam». E' Mussolini o agente desta transformação que se verifica na educação, na arte, na indústria, no comércio, na agricultura e na politica. Para a realizar aproveitou aquilo que na nação traduzia a permanência, a continuidade, o dinamismo, numa palavra tudo o que era vida nacional e elementos de vida. Uma anarquia tremenda dominava a Itália, todos os valores morais e intellectuais estavam sendo postergados. Mussolini reconheceu a crise, viu a necessidade de uma ordem, de uma hierarquia que organizasse a nação e ei-lo que exclama, no primeiro número da revista *Gerarchia*: «Dizer hierarquia é chamar á escala os valores humanos, por consequência á escala das responsabilidades e dos deveres. Por consequência á disciplina... A nossa missão é dupla. Nós temos de conservar as hierarquias que não esgotaram o seu valor e temos de preparar o nascimento de novas hierarquias. Tal é o meio de conjugar útilmente o passado e o futuro» (Cit. por H. Bordeaux).

As hierarquias novas — diz H. Bordeaux — éle as encontrará nas fôrças disciplinadas dos sindicatos populares. Mas as antigas não esgotaram o seu valor, nem a hierarquia real, nem a religiosa.

Assim Mussolini consegue reunir numa síntese salvadora a Tra-

dição — aquilo que numa nação traduz o seu mínimo vital — e os ensinamentos científicos das novas formas sociais.

H. Bordeaux não se perde em divagações prolixas e inúteis. Aproveita aquilo que nos pode dar uma ideia da Itália viva, da Itália que ressurgiu. Examina e expõe os progressos morais e materiais, fala-nos da juventude, do Rei, de Mussolini, de Gabriel d'Annunzio, etc. Ao falar do Rei Victor Manuel III, não pode esquecer que este é um dos vinte e quatro sócios do Instituto de França e na entrevista que com êle teve escutou-o atentamente e sentiu que estava em frente de um homem inteligente e sábio que conhece o seu país, que sabe o que êle necessita e que conhece os seus mais importantes problemas: criação de boas escolas, desenvolvimento agrícola, aproveitamento da hulha branca, expansão económica do país, problemas da população, e da armada, cujos sofrimentos e heroísmos êle não pode esquecer. Para terminar o capítulo sobre o Rei, Bordeaux diz: «Sim, o traço principal, é bem esta calma vinda de longe, vinda dos séculos, e conhece-se melhor depois da entrevista real, a importância desta monarquia hereditária que simboliza a duração e que ensina a moderação, a continuidade, o sentido do passado e a vontade de assegurar o futuro».

E' admirável a maneira como êste autor conseguiu enunciar tão bela e claramente o princípio monárquico do poder hereditário. E' evidente que o poder para ser tal tem de ser independente e não viver na dependência de uma multidão parlamentar ignara e interessera que procura fazer dêle um palhaço de feira manejável a seu bel prazer. Alem disso, sendo esta choldra — se me é permitido o termo-parlamentar irresponsável em virtude do princípio falso e despótico da vontade nacional e sua representação, é também irresponsável o chefe do Estado que só faz o que aquella quizer. No princípio monárquico da autoridade tudo se passa bem diferentemente — em virtude da hereditariedade, — e dos actos ilicitos do poder dará contas à nação organizada. De resto todo o seu interesse é o engrandecimento do património nacional, visto a sua pessoa ser continuada na do seu filho. A continuidade do poder precisa de ser assim assegurada para que a acção nacional se possa também desenvolver contínua e progressivamente e não seja obrigada a parar e a aniquilar-se como acontece nos govêrnos a curto prazo dos regimes liberais.

Outros capítulos admiráveis são os que tratam de Mussolini, o maior genio político dos tempos modernos, que obriga aqueles que com entranhado ódio o combatem a sentir a grandeza da obra que está realizando. Ainda há pouco tive o prazer de ver num livro de ataque de Ferrari, que me veio à mão, as seguintes conclusões: «O nacionalismo fascista dissipou todas as ilusões que impediam o povo italiano de compreender os seus grandes problemas políticos. Mostrou que na Itália, sob as aparências do regime representativo e sob a máscara da democracia, se escondia uma oligarquia de mediocridades, incapazes mesmo

de defender sériamente as suas posições priviligiadas. Fez dissipar as ilusões dos rétoricos sobre o milagre da educação política do povo italiano depois do *Risorgimento*.

Mostrou a ignorância de todos os deveres naqueles que proclamavam sempre os seus direitos... provou enfim que os direitos que não foram conquistados pelos sacrificios e através da dor não tem nenhum valor e que se um povo quere manter as instituições livres, deve tornar-se digno disso, realizando os deveres que elas impõem.»

Mussolini surgiu no momento em que a Itália ameaçava ruir na catástrofe sangrenta do internacionalismo vermelho. Imediatamente tratou de afastar o perigo e dar o seu lugar ao fascismo «que condena, recompõe e reconstrói». Mussolini conheceu tôdas as agruras da vida e «tudo o que é preciso para fazer um anarquista. Qual seria a razão por que Benito Mussolini não foi um Julio Vallès, um insurrecto?» A esta pergunta que H. Bordeaux faz, responde tambem: «é o segredo da sua boa raça». De facto, recordo-me agora que Gustavo le Bon no seu livro *Psychologie des temps nouveaux*—diz que o passado fixou certos caracteres na psicologia individual que nos momentos críticos das nações criam imediatamente a unidade dum povo e «sont ces caracteres spéciaux à chaque peuple qui déterminent sa destinée». Em Mussolini, porém, há mais qualquer coisa que este fluido da raça, há uma intelligência e uma clarividência excepcionais, auxiliadas por uma energia inquebrantável.

E só assim êle pôde realizar a sua obra: protecção ao Estado, aniquilamento do parlamento, organização corporativa, destruição da francmaçonaria, ampliar a autoridade e responsabilidades dos perfeitos, politica de saneamento financeiro, protecção às classes operárias, formento agrícola... A «Carta do Trabalho» é um monumento que marcará na história uma glória para o fascismo.

Por êste diploma foi abolido o princípio anti-social da luta de classes e substituído pelo princípio cristão da colaboração dos diversos elementos da producção e organizou-se a Itália desorganizada.

O «Duce» vive cercado de gente nova, de camisas negras, gente que não está corrompida pelo *morbus democraticus*, (mais ou menos modelados sôbre a imagem do chefe) isto é de «ar decidido, voluntário, sabendo aonde vão, apressando-se para o seu trabalho.» No palácio de Chigi uma das das coisas que mais impressionou Henry Bordeaux foi o método e a ordem que estavam introduzidas no trabalho.

Uma nota curiosa nos sugere o autor do livro; é o ficar surpreendido ao ver que Mussolini tem um sorriso cheio de graça, quasi de gentileza e terno, contrastando com o aspecto grosseiro das fotografias. Entre nós houve já um crítico político que não hesitou em dizer que o melhor argumento contra o fascismo era a cara de Mussolini. Como êle, pelo visto, se enganou!

Na entrevista do autor com Mussolini conversou-se sôbre literatura, historia, etc. Por fim chegaram a falar de Roma e o *Duce* mostrou

o grandioso plano da Roma futura que é um verdadeiro plano nacional a que nem falta a prodigiosa obra de assistência aos emigrados. Efectivamente a Itália tem criado uma nova Itália no Alem-Mar. No Brazil o emigrado italiano pode ter a impressão de que vive na sua terra, tem a assistência, bibliotecas, escolas, hospitais, etc. Todos estes estabelecimentos são italianos, em que se fala o italiano, em que só ha italianos. Exemplo este, bem digno de ser seguido por nós que devíamos ter sido os primeiros a fazê-lo em lugar de estar a alimentar camarilhas politicas como até há pouco se fazia.

Ao falar-nos no ódio que Mussolini vota ao parlamento, Bordeaux pergunta se esse ódio não será filho do seu desprezo pela incapacidade e ao seu horror pelo tempo perdido. Esta pergunta equivale a uma afirmativa, pois sendo o *Duce* um homem de acção inteligente não poderia sujeitar-se ao ronco processo parlamentar, dominado pela incompetência e formalidades burocráticas que contrastam flagrantemente como a vida moderna febril e tóda rapidez na concepção e na execução. E a propósito recorda Bordeaux aquele admirável ensaio político de Emile Faguet — *Le culte de l'incompétence* — que devia ser conhecido por todos aqueles que querem pensar politicamente.

Toca-nos tambem um dos aspectos da democracia: o ódio á superioridade. Quando nas democracias surge um homem de valor immediatamente é guereado, o que não admira, visto ele quebrar o dogma do igualitarismo estúpido. Por outro lado, o homem superior torna-se um fugitivo, isto é, afasta-se de tóda essa mediocridade imperante. «A superioridade intelectual é mesmo um impedimento para os sucessos eleitorais, porque ela não autoriza aquele que a possui a fazer certas bajulações, certas promessas, certas intrujices que implicam uma baixa de espirito».

Para combater o valor, nas democracias «declaram-no reaccionario» juntam-lhe tóda uma adjectivação já dessorada pelo uso: retrógrado, jesuíta... Finalmente, eliminam-no como pernicioso. Mas fazem mais ainda: quando algum desses valores consegue dominar o poder e pôr em prática as suas idéas, apodam-no de socialista, de bolchevista...

Haja em vista o que succedeu entre nós com o Sr. Ministro das Finanças que de reaccionário e jesuíta passou, no dizer deles, — quando começou a dar provas práticas do seu valor e a concretizar os dados da sua intelligencia — a socialista e bolchevista.

Uma das preocupações de Mussolini tem sido a preparação da juventude. «Ele quer dar á Itália, nos diferentes ramos da sua actividade, chefes, e estes chefes, quer formá-los nas grandes escolas ou por uma aprendizagem immediata e directa». Ele sabe que uma nação precisa de bons engenheiros, bons agricultores, bons literatos, etc Nada disso elle despreza. A criação dos técnicos é a sua principal preocupação. E ninguem duvida que na vida actual elles tem uma grande, senão a maior, função a desempenhar. Mussolini quer a cultura fisica e a cultura do espirito, quer espirito saos em corpos saos.

Fazendo isto, procura perpetuar a sua obra, e depois de ter preparado os 250.000 camisas negras que desfilarão perante o Rei de Itália e de ter entregado o povo italiano à sua continuidade histórica, depois de ter dado à Itália a verdadeira, a italiana Itália e ter destruído a anti-nação que a ameaçava destruir, poderá dizer — applicando a frase que elle disse algures a propósito dos filhos — : «*Posso morrer. Serei continuado*» porque a *Itália rinovata* continuará o seu *Resorgimento*.

Miranda da Rocha

Porque a *individualidade humana* é a base da sociedade e porque, sem sociedade que a envolva e prolongue, a nossa individualidade se perde num atomismo imparrável, eis porque, anterior ao Estado, há uma *soberania social* que resulta do homem, como sujeito de direitos, mas que se exerce através dos institutos de formação natural e espontânea em que o homem se engasta, para nascer, desenvolver-se e prosperar: — a Família, o Município, a Corporação. Diversa da *soberania política*, que pertence em exclusivo ao Estado, só a restauração da *soberania social* conseguirá restituir a este a posse das suas perdas virtudes. Nem *Estadismo*, — consequentemente, nem *individualismo*! Mas o medido e recíproco entendimento de duas forças, sem o jôgo harmónico das quais, ou se morre de congestão, ou de absoluta paralisia.

Dê-se à sociedade o que é da sociedade e ao Estado o que é do Estado. Distinga-se entre uma e outra, — e não padeceremos mais, nem da fraqueza da autoridade central, nem da asfíxiante opressão burocrática, em que as livres iniciativas criadoras morrem estranguladas à nascença.

Facto inerente à própria natureza humana, a Nobreza marca a estabilização duma família na posse duma base económica fixa e com as correspondentes responsabilidades naturais e sociais. Enquanto a sociedade de hoje, apoiada desenfreadamente no amor do lucro e como indivíduo por princípio e fim de si mesmo, não inquire de outros motivos que não sejam os da satisfação dos seus apetites immediatos, a sociedade tradicional, fundamentada — repetimos — no duplo conceito da terra o do sangue, regia-se unanimemente por directriz bem mais elevada, — a da honra, condição essencial da Nobreza.

Não constituiram os jesuitas com os seus colégios e os seus professores um cerrado mandarinato para raros e escolhidos discípulos. Apostolizaram como poucos as primeiras letras e a Companhia se agradece a instituição e difusão da que hoje entendemos por «instrução secundária». Resolveram assim os Jesuitas habilmente o problema do «humanismo». O mal da renascença, com consequências bem funestas na dissolução individualista dos nossos dias, consistiu em arvorar o ideal humanista como *tipo* ou *fim* de vida. Apropriando-se dos recursos que as «humanidades» traziam à cultura geral do espírito, os Jesuitas utilizaram o «humanismo», não como uma *finalidade*, mas como um *meio* ou *elemento* de formação mental. Como o renascimento do Tomismo lhes dá hoje razão no seu apêgo à filosofia tradicional, não os reabilita menos a defesa recente e unânime das «humanidades» como clarificadoras do espírito nos adolescentes.

(Da *Hera nas Colunas*).

ANTÓNIO SARDINHA

deante dos Pelourinhos

A LIÇÃO DOS MONUMENTOS

PORTUGAL é em si um monumento. Ergueu-o a vontade forte dos homens. Essa Idade Média tão mal compreendida e afinal compreensível para os que a não podem ou não sabem julgar, foi o estimulante social das nacionalidades embrionárias. Espírito de luta, oportunidade belicosa, pressão armada por parte de etnia diferente, desenvolveram a impulsão de rebeldia, que seria o acto necessário à vontade manente.

Portugal é um exemplo vivo do poder extremo da vontade nacional. A vontade nacional tem, como grande maquinismo que é, as suas potências e as suas resistências; basta para a fazer valer e lhe desenvolver toda a sua energia dinâmica, basta para a impôr, que a potência vença as resistências e produza trabalho positivo. E' humano; de hoje, de hontem. Haja «élites» apropriadas, que se tenham formado na chama, intensa mesmo que oculta, da vontade colectiva, e o impulso potencial virá.

— Os mortos mandam, — qual o sentido moral de este lema, já tão corrido hoje ao lugar comum, podemos observá-lo em feição literária, oposta de intuitos, em Henry Bordeaux e Blasco Ibañez.

No campo social, indefinido laboratório só trabalhado pela mão de Deus, e onde os homens claudicam, se enganam e paralisam até vir um Asuero definidor, há, creio eu, duas verdades únicas e insofismáveis: — «os mortos mandam», com aquela impulsão de força num leve móvel que nós os vivos somos; — «todas as teorias são castelos no ar,» e nada de seguro, estável, eterno.

Os braços fortes que «quiseram» formar Portugal, obedeceram à voz íntima, que lhes apontou o objectivo. Dos velhos povos que vieram semear civilizações velhas a esta boa terra ibérica, e das populações que viveram a exuberante civilização castreja dos nossos *agros*, e desse espírito de independência feroz que fez surgir Viriato e lhe deu a matéria-prima para os seus soldados desafiarem as águias vitoriosas de Roma, conservando-se contextualmente na alma lusitana após a derrota, — muitos factores, muita energia se acumularam de geração em geração.

E, quando um dia o momento psicológico se afinou, e topou o momento social asado, os braços fortes, braços de Jacó para o pae Moribundo que lhes palpava a reconhecê-lo, ergueram-se. É de aí em diante as resistências passivas transformaram-se em alavancas potentes. Depois, era só a obra do tempo e da persistencia. «Dar tempo ao tempo», — define a voz do povo, e a vontade persistiu, grande em esforço, pequena em massa contra inimigos tamanhos e tão poderosos.

Porquê? Foi a esperança confiada que venceu. Por isso o primeiro falar do monumento é o canto da epopeia invencível da esperança confiada e resistente, forte e continua, activa e em-frente. Esse monumento do esforço da grei, constituída sucessivamente pelo grão-a-grão do correr dos séculos, é Portugal. o milagre da vontade victoriosa.

Não perdura a conquista de guerra, quando lhe feita o complemento da organização pacífica. E não perdura esta, se a defesa alerta é desprezada ou esquecida. A terra conquistada sem desânimo, na feliz ausencia de derrotismos dispersivos, tinha de ser protegida contra os retornados ataques. A terra, defendida pelos peitos rijos, tinha de ser enriquecida pelos braços, que hoje levantam as ascumas e lançam os virotos, e que amanhã enterram os picões ou as enxadas ou movem as fouchinas e mangoaes, para logo no dia seguir émbriarem os cavalos nos fossados fulminantes.

A's ordens militares dão os Reis, — reis chefes, guias deanteiros, paternalmente protectores de homens e coisas, — a defesa permanente. Erguem-se castelos, que são padrões militares da defensiva, os baluartes a cujas sombras acolhedoras as fronteiras fazem finca-pé e a população arroteadora vae alargando a economia gregária.

Detrás da trincheira, enquanto a espada tilinta ou o escudo aguarda, a organização política afirma-se, difine-se, fixa-se. O município esparge. Rei, clero, nobreza, espalham foraes; e o povo de pé nos seus privilégios conquistados pela energia da sua voz, quanta vez pela força da sua ameaça, forma a célula viva da terra pátria, no que ha de material, e da massa nacional, no que ha de anímico.

O município é a resistencia centrífuga à absorção central do Estado como à exacção rapace do senhorio. E' reciprocamente o maior poder centrípeto contra a dispersão do Rei e contra o inimigo de fóra. Reservatório de trabalho no grangeio da terra, reservatório de virtudes cívicas, centro de riqueza produtiva e salvadora do comum, era ao Município que cabia o recurso de dar braços ao Chão e peitos ao Rei.

Perante os pelourinhos resurgem as liberdades dos municípios velhos. As reformas foraleiras de D. Manuel I, se abalaram sobre tudo as relações externas dos Municípios com o Rei, apontadas por Gama Barros, todavia não lhes perturbaram a essencia propria e íntima.

O pelourinho é o monumento do Municipalismo português. Ante elle, como no sonho do Infante D. Henrique em o quadro de Malhoa no Museu de Artilharia, passa a cavalgada heroica dos que, primeiro, ganharam o chão da Patria e o defenderam, e depois o enriqueceram e nele fincaram suas liberdades.

A grandeza de Portugal assenta na florescencia do Municipalismo; a sua desagregação é uma das causas múltiples da decadencia nacional, quer política, ou económica, ou sociológicamente considerada. O desvio da economia social atrofiou o órgão milagroso. De bastante a si, o Município exgotou-se na sangria heroica do Alem-Mar, tendo de recorrer

POLITICA

ao recurso estranho. Mas, apesar de tudo, ainda foi a arca-de-Noé, esbarrondada e deformada, no dilúvio assolador da Nação.

De todos os períodos progressivos das vicissitudes Municipais, persistem ainda hoje felizmente pelourinhos admiráveis. Desde a rudeza gótico militar do pelourinho de Penela, erguido hoje com o ar a um tempo simpático e trágico de mastro grande em nau destrocada pelo temporal, — desde os pelourinhos de gaiola de Trancoso, Castelo Rodrigo, Riba-Tamega, mais ou menos rudes, formas primitivas do direito penal Mediévico, ora mantidas, ora renovadas, onde a gaiola sobrepujante era apeas evocativa, — anteriores ainda alguns modelos românicos como o de Bragança, — até os Manuelinos, autenticos pelourinhos de salão, aos setecentistas e oitocentistas, — bela galeria!

Subalternizam a formosura artística, em alguns exemplares perfeita de expressão e de tecnica, as evocações históricas. O Município que simbolizam, não é este em cujo termo se levantam. Parece lembrarem, cada um deles, o vulto cansado e desiludido, mas irritadamente, com que o Velho do Restelo censurava, condenando-os sem dó, os desvarios do seu tempo.

O que o Município foi! E o que o Município é! Os pelourinhos, erectos, lembram o que as instituições foram, e asseveram como o côto levantado ao ceo, num juramento de mutilado o que podem voltar a ser. Os salvadores de 1820 consideram-nos simbolos de ignomínia, e destruíram neles como macaco em loja de louça. Que os homens de hoje entendam a voz dos pelourinhos e renovem o esplendor antigo de que são eles o selo falante.

A tradição só é activa, quando inteligente e realista; fóra disso, é múmia que o contacto do ar vae reduzir a pó. E o tempo de conservar passou, chegamos á fase da renovação.

Luis Chaves

Nas controvérsias da escola e do livro, por antitéticas que se apresentem as atitudes e indicações doutrinárias de cada um, todos convergem para um ponto único, — e é que a crise inconjurável do Estado contemporâneo, filho tarado da Revolução e do Liberalismo, provoca o aumento intensissimo do *social* sôbre o *politico*, — do *colectivo* sôbre o *individual*. Apercebe-se aífim que o «evangelho de Rouseau» desvinculava os homens das suas ligações mais imprescindíveis e instintivas, prossequindo na quimera doida de materializar um fantasma, — o «cidadão» abstracto dos Imortais-Princípios. E por afastados que os tratadistas se mantenhiam por enquanto das soluções tradicionais, é ainda para lá que convergem desde que ao «indivíduo» se substituí o «grupo», — desde que a ideia de «solidariedade» aparece a desvanecer o sulco de ruína e de morte, levantado nas sociedades históricas pelo gregorismo entusiástico do século que passou.

ANTÓNIO SARDINHA

(Da Hera nas Colunas, pag. 42).

a Anti-Nação

III

MAÇONARIA E JUDAÍSMO — UMA PROFECIA SINGULAR!

SUSPENDAMOS por hoje a análise começada da constituição do Grande Oriente.

Dissemos no artigo anterior que embora contrariamente à letra expressa da Constituição Maçónica não era de facto a soberania do povo maçónico a que o Grande Oriente, Supremo Conselho da Maçonaria reconhece e acata.

A que misteriosa soberania obedece êle então?

Antes de declararmos porém, vamos deixar entrevê-la por uma pequena transcrição.

Em **1879** o revolucionário alemão Wilhelm Marr publicou o livro, *A vitória do Judaísmo sobre o Catolicismo* (1), onde se lê esta profecia assombrosa:

«Declaro alto e bom som, sem a menor intenção irónica, o triunfo do Judaísmo na história mundial; publico o balanço da batalha perdida, da vitória do inimigo, sem quartel para o exército vencido.»

Neste país de pensadores e de filósofos a emancipação dos Judeus teve lugar em 1848.

Desde essa época começou a guerra dos trinta anos, que o Judaísmo nos faz agora às escâncaras...

Nós alemães, pronunciamos em 1848 a nossa renúncia oficial em proveito do Judaísmo...

Na hora actual somente a Rússia entre todos os estados europeus opõe ainda resistência do reconhecimento oficial da invasão dos estrangeiros. É o último baluarte contra o qual os Judeus constroem a sua última trincheira e, a julgar segundo a marcha dos acontecimentos, a capitulação da Rússia é apenas uma questão de tempo.

... Neste enorme império... o Judaísmo encontrará «o ponto de apoio de Arquímedes» que lhe permitirá arrancar definitivamente da sua ordem tradicional e própria a civilização ocidental.

O espírito de intriga dos Judeus mergulhará a Rússia numa revolução tal como o mundo provavelmente não terá visto outra.

Quando êle (o Judaísmo) lançar a Rússia por terra não receará mais ninguém; quando tomar posse na Rússia de todas as funções do Estado, tal como entre nós, então os Judeus emprenderão oficialmente a des-

POLITICA

truição da sociedade da Europa Ocidental, é esta última hora da Europa condenada soar o mais tarde dentro de 100 a 150 anos, visto que actualmente os acontecimentos se desenrolam mais rapidamente que nos séculos precedentes.

O alemão Guilherme Marr escreveu estas palavras em 1879. Ainda não decorreram 100 anos. A Terra Mártir da Rússia conheceu em nossos dias a mais sangüinolenta revolução de quantas resa a história.

O Conselho dos Comissários do Povo da União das Repúblicas Socialistas dos Soviets tem 22 membros dos quais **17** são Judeus.

Cumpriu-se a primeira parte da profecia de Wilhelm Marr. Os Judeus encontraram o «seu ponto de apoio de Arquimedes.»

Que surpresa nos trará ainda o futuro?

Sabe agora o leitor qual é o mais precioso auxiliar da política judaica? Já adivinhou qual a máquina infernal, o instrumento dócil e discreto com que os Judeus pretendem aniquilar a Civilização Ocidental?

Ruy d'Almargem

«En vingt ans, quel progrès dans la décomposition ! Un chef de l'État dont l'impuissance est l'unique vertu et qui devient criminel dès qu'on suppose qu'il agit ou seulement qu'il pense ; des ministres soumis à un Parlement inerte, qu'on croit vénal, et dont les membres, de jour en jour plus ignares, furent choisis, formés, désignés dans les assemblées impies des francs-maçons, pour faire un mal dont ils sont même incapables, et que surpassent les maux causés par leur inaction turbulente ; un fonctionnarisme sans cesse accru, immense, avide, malfaisant, en qui la République croit s'assurer une clientèle et qu'elle nourrit pour sa ruine ; une magistrature recrutée sans règle ni équité, et trop souvent sollicitée par le gouvernement pour n'être pas suspecte de complaisance ; une armée que pénètre sans cesse, avec la nation tout entière, l'esprit funeste d'indépendance et d'égalité, pour rejeter ensuite dans les villes et les campagnes la nation tout entière, gâtée par la caserne, improprie aux arts et aux métiers et dégoûtée de tout travail ; un corps enseignant qui a mission d'enseigner l'athéisme et l'immoralité ; une diplomatie à qui manquent le temps et l'autorité et qui laisse le soin de notre politique extérieure et la conclusion de nos alliances aux débitants de boissons, aux demoiselles de magasins et aux journalistes ; enfin tous les pouvoirs, le législatif et l'exécutif, le judiciaire, le militaire et le civil, mêlés, confondus, détruits l'un par l'autre ; un règne dérisoire qui, dans sa faiblesse destructive, a donné à la société les deux plus puissants instruments de mort que l'impiété ait jamais fabriqués : le divorce et le malthusianisme. Et tous les maux dont j'ai fait une rapide revue appartiennent à la République et sortent naturellement d'elle : la République et essentielle- ment mauvaise...»

ANATOLE FRANCE

de Letras

O "POEMA DO CID"

A graça antiga de novo refloriu através da fina sensibilidade portuguesa de Afonso Lopes Vieira.

Poeta de lendários amores de encanto perenemente matutino, evocador dos feitos e ânsias do povo lusíada, a sua musa é uma saudade toda embebida de Esperança. Adivinham-se vagas de mar e murmúrios longos de pinhal marinho nas entrelinhas dos seus versos. Na prosa realizou o reverso da sua poesia: é duma cadencia aquática, sempre fresca e viva, onde se sentem como que sinfonias cristalinas de regato...

Prendeu-o a tentação dos romances antigos e o *Amadis* — um emigrado nostálgico — regressou à sua pátria, ao cabo de seicentos anos, pela mão deste prosador-poeta, despido das roupas estrangeiras.

Depois foi *Diana*, a novela pastoril, outra emigrada lusitana, tardia companheira do *Amadis*.

Se o *Amadis* é Portugal guerreiro-enamorado e o desejo ainda impreciso da *praia lusitana* sonhando com novas terras e novos mares, que transparece sob a forma imprecisa do aventurismo céltico, a *Diana* é Portugal dos prados alongados, amando à sua maneira original, tal qual seus avós haviam amado, os subjectivos trovadores de Trezentos.

E agora o *Cid*, tremendo mata-mouros

da gentil Castela é-nos dado em português puríssimo de guisa a ser sentido pela nossa alma.

Apresentou assim Afonso Lopes Vieira os dois tipos inconfundíveis da psicologia peninsular na Idade Média através de duas expressões eloquentes fechando em abraço circular e florido o Noroeste Heroico e Lírico e o bloco-castelhano Heroico e Épico. Valor formidável de ambos os lados em pelejas e navegações.

Um, porém, sentiu de maneira simples e genuinamente lírica como nenhuma outra gente; outro pôs em versos exaltativos de gestas o heroísmo místico da sua raça fervorosa.

Amadis, Galaaz Nuno Alvares, são heróis da mesma família: força nos braços mas na alma sempre uma suave ternura lírica. *Cid* pertence a outra, irmã no esforço mas de coração só penetrável pelo fogo.

Paralelos na civilização estes dois povos deram à Latínidade um prolongamento eterno.

Bem haja pois Afonso Lopes Vieira em juntar ao *Amadis* o seu irmão de Castela, enlaçando assim numa grinalda duas raças complementares na Geografia e no Espírito.

FRANCISCO DA CUNHA LEÃO

ao ritmo da Ampulheta

RECORTANDO...

É à ideologia liberalista que convem a designação de «mística política», por não ter base racional. Com efeito, desde o lema inicial: Liberdade, Igualdade e Fraternidade, três ideais contraditórios entre si e de coexistência impossível (a liberdade está na razão directa da igualdade), até ao parlamentarismo, consequência da democracia que sem ele não pode existir, tudo nos ideais liberais sofre do defeito insanável da falta de justificação racional. O sufrágio, a representação racional, a independência dos poderes do Estado, os partidos políticos, tudo o que anda ligado à Democracia, nem tem base racional, nem à face da experiência se justifica.

Fernando Castelo Branco

(De *A Voz* de 6-6-929)

Veiu a República. E com ela as responsabilidades. Os homens, chamuscados ainda das trincheiras ideológicas, vermelhos ainda dos consócios, ainda exaltados pelo esbracejar das suas teorias na praça pública, viram-se, dum momento para o outro, na necessidade de construir, de criar — *êles que só estavam preparados para a destruição*, **A prática das suas idéas levou-os ao caos.** Cada um se julgava com aptidões para fazer melhor do que o companheiro. *E todos faziam mal.* O que de concreto e útil surgia era apagado, desaparecia sob a avalanche de erros que diàriamente se cometiam.

(De *O Seculo* de 12-6-929)

Urge que se lancem as bases sôbre que assentará a nova ordem do ensino, não esquecendo jãmais que, o que importa, é reformar a mentalidade portuguesa, reconciliando-nos com a vida tradicional, remetendo-nos ao sulco aberto em muitos séculos de vida mental, quãsi ignorada por uma escola que parece ter sido organizada para nos incompatibilizar com tudo quanto deveria viver dentro de nós e ser por nós guardado como herança recebida com o sangue.

...Há, pois, sem dúvida uma crise de ensino. De quem a culpa?...

De organização dos estudos? Dos professores? Dos programas? Das famílias?

A culpa a todos cabe: à má organização dos estudos, que deveriam ser e não são preparados levando em conta as *realidades nacionais*; aos professores que, em grande parte, se burocratizam, dão aulas para assinar ponto, aguardando anciosos *o deu a hora* para irem tratar *de outra vida*: sem esquecer, entretanto, que por serem mal pagos, horriavelmente pagos (600\$00 um professor de instrução primária!) não pode, em boa verdade e com justiça, exigir-se-lhes mais; e é dos programas que têm sido feitos à tãa; e é das famílias que não criam às crianças o ambiente necessário a uma educação esmerada; — e é de todos, enfim, os que em Portugal só curam de retaliações de interesses particulares e de intrigas, em vez de procurarmos criar as condições de uma boa escola *que integralmente sirva os interesses nacionais.*

(De *A Voz* — pág. de «Educação e Ensino» — de 22-6).

CABRAL SACADURA

Interno de Cirurgia dos Hospitais Civis

PARTOS—SIFILIS

CONSULTAS—Largo José Fontana, 12-2.º

ÀS 16 HORAS

DR. MÁRIO CARDIA

MÉDICO DOS HOSPITAIS

Doenças das senhoras. Partos. Cirurgia.

Tratamentos pelo rádio e electricidade

AVENIDA DOS ALLADOS, 41, 1.º — PORTO

TELEF. 4907

MIRA DA SILVA

MÉDICO

AV. ALMIRANTE REIS, 57-A, 1.º

LISBOA

DR. COSTA FELIX

ÍTERNO DE CIRURGIA DOS HOSPITAIS CIVIS

CONSULTAS

LISBOA: Rua 16 de Outubro, 33 — Tel. C. 2350

ÀS 14 H.

DAFUNDO: R. Paulo Duque

ÀS 17,30 H.

AFONSO LUCAS

ADVOGADO

RUA ARCO DO BANDEIRA, 70, 2.º

TELEFONE C. 642

LISBOA

EXAMES EM OUTUBRO

(Admissão à Universidade)

Prepara na secção de sciencias
o conhecido professor de matematica
Reis d'Azevedo

R. DA FÉ, 12, 2.º — TELEFONE N. 3799

MARTINHO NOBRE DE MELLO

ADVOGADO

RUA DE SANTA JUSTA, 82, 2.º

Telef. N. 4952

LISBOA

A. NUNES E SILVA

ADVOGADO

TEL. C. 642

RUA ARCO DO BANDEIRA, 70, 2.º

LISBOA

POLITICA vende-se em Lisboa nas **Livrarias:**

Ferin — R. Nova do Almada, 74

Aillaud e Bertrand — R. Garrett, 73

e nas **Tabacarias:**

Barbosa — R. do Carmo, 67

Adamastor — R. 1.º de Dezembro, 2-

do Sísso

da *Brazileira do Rocio*

Havaneza Camões — R. Conde de Redondo, 43

Manoel Costa — R. Conde de Redondo, 83-96

